

- XXXIX -

OS EMPRESÁRIOS E A EDUCAÇÃO E(M) TEMPO INTEGRAL

Jorge Najjar

Nugeppe-UFF, Brasil
jorgenajjar@gmail.com

Karine Morgan

Nugeppe-UFF, Famath, UNIG, Brasil
morgan.uff@gmail.com

Marcelo Mocarzel

Nugeppe-UFF, Unilasalle, Brasil
marcelomocarzel@gmail.com

Introdução do problema

Sob a lógica do mercado presente fortemente na política educacional brasileira contemporânea, emerge no Brasil o protagonismo de grupos ligados ao terceiro setor denominados de Reformadores Empresariais, que se unem em torno da causa da educação. Em uma análise do segmento e consolidação deste grupo nos Estados Unidos, Freitas (2012) o define como

[...] uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para "consertar" a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. (FREITAS, 2012, p. 380)

Segundo Freitas (2016), os Reformadores Empresariais no Brasil surgem em meio a uma nova onda neoliberal na qual os lucros do grande capital diminuem pelo aumento do custo da mão de obra. O discurso da melhoria da qualidade da educação vem ancorado pela necessidade de maior oferta de trabalhadores, diminuindo seu preço. Porém, o discurso dos reformadores emerge refletindo uma ideia de responsabilidade social e empresarial.

Isso significa que a burguesia deve se renovar politicamente para assumir um novo papel e uma nova conduta na sociedade civil referenciada no postulado da —responsabilidade social empresarial. A proposta é que a burguesia invista em projetos sociais bem elaborados para prestar serviços sociais básicos e minimalistas (de saúde, de educação, de proteção de menores, etc.) e no estímulo a um novo tipo de organização das comunidades, visando harmonizar as relações entre dominantes e dominados num contexto de remodelamento das funções do aparelho de Estado e intensificação das formas de exploração do capital sobre o trabalho (MARTINS, 2016, p. 83).

A educação em tempo integral no Brasil não se aparta do contexto exposto e tem sido largamente apoiada por diversos grupos aos quais podemos identificar como Reformadores Empresariais. Desde 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em especial, após a aprovação do Plano Nacional de Educação de 2014, o tema ganha relevância posto que o país deve “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica” (BRASIL, 2014).

O artigo que ora se apresenta objetiva investigar as organizações da sociedade civil que tem se envolvido com a ampliação da jornada escolar diária dos alunos da educação básica pública brasileira, buscando desvelar quais as estratégias de ação destes grupos e levantar possíveis interrelações entre eles.

Foram encontrados, em busca exploratória nas publicações da área educacional e nas mídias disponíveis na internet, alguns grupos que, recorrentemente, se relacionam com a temática, seja de forma direta ou através de apoio financeiro e/ou técnico a outros grupos.

Para fins de organização e análise, optamos por elencar os grupos que se relacionaram com a temática através de três iniciativas e/ou ações. A primeira por meio do financiamento e/ou execução de pesquisas, produção de conteúdo e/ou envolvimento com publicações que abordem como tema principal a educação integral e(m) tempo integral; a segunda observando as organizações convocadas, com direito à fala, em audiências públicas na comissão de educação do Senado Federal e Câmara dos Deputados¹ sobre o tema e; a terceira pela recorrência da presença destes grupos em entrevistas e/ou reportagens publicadas no jornal O Globo e no jornal Estado de São Paulo, nos anos de 2016 e 2017.

Tabela 1: Ações das organizações da sociedade civil na área de educação e(m) tempo integral

	Pesquisas, produção de conteúdo e demais publicações	Audiências públicas	Reportagens e entrevistas
Associação Cidade Escola Aprendiz e/ou Centro de Referências em Educação Integral	X	X	X
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	X	X	
Movimento Todos pela Educação	X	X	X
CENPEC	X		X
Campanha Nacional Pelo Direito à Educação	X	X	X
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	X	X	
Fundação Itaú Social	X		
Movimento pela Base	X		

¹ Audiências públicas realizadas a partir do ano de 2013 quando tiveram início os registros. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce> e <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/comissoes/ce/> acesso em 30/12/2017

Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)	X		
Instituto Alfa e Beto			X
Fundação SM			X

Fonte: Construção própria

A partir deste levantamento, buscamos elencar as relações existentes entre as Organizações e pudemos observar o protagonismo do Movimento Todos pela Educação e da Associação Cidade Escola Aprendiz no campo da educação integral e(m) tempo integral. Ambos agem a partir das três iniciativas apontadas de maneira sistemática e simultânea.

Ao observarmos os parceiros mantenedores das organizações que ora analisamos, a presença do financiamento das fundações de gigantes do setor bancário é frequente, em especial, a Fundação Itaú Social e a Fundação Bradesco. Os bancos vêm agindo, através de suas fundações, sob o discurso da responsabilidade social que, sob nossa ótica, fazem parte de uma coalizão advocatória na qual “atores públicos e privados, provenientes de diversas instituições e níveis governamentais, [...] dividem um conjunto de crenças e valores comuns e [...] buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais visando a atingir seus objetivos no longo prazo” (SABATIER & JAKINS *apud* SIMIELLI, 2013, p. 572)

A ocorrência de sujeitos que ocupam cargos públicos no executivo e, posteriormente, migram para cargos de destaque nas Organizações aqui elencadas ou vice versa (ou outras congêneres) não é raro, assim como o planejamento e execução de projetos e políticas realizados conjuntamente entre empresários e Estado indicam que, embora a ação dos empresários nunca tenha sido desprezível no cenário educacional brasileiro, ela vem crescendo nas últimas décadas e assumindo uma perspectiva mais orgânica com os chamados reformadores educacionais. Certamente não estamos com esta afirmação querendo propor que tudo nas políticas educacionais seja decorrente da ação desses sujeitos. Isto seria negar a contradição inerente a todo processo social. Política pública é disputa e desta disputa participam diversos outros sujeitos, com outros interesses e perspectivas (BALL, 2011; OZGA, 2000), que não foram analisados neste texto. Entretanto, por serem hoje hegemônicos e por estarem cada vez mais presentes nas disputas educacionais, o crescimento dos estudos sobre os reformadores empresariais é tarefa acadêmica e socialmente relevante.

Bibliografia

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BRASIL. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.–jun. 2012.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro. Lamparina, 2016.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. Coalizões em educação no Brasil: relação com o governo e influência sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 3, p. 567-586, 2013.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestações**. Porto: Porto Editora, 2000.